

1

Constituinte:

Um Conto Contra a
História.

C O N S T I T U I N T E:

UM CONTO

CONTA A HISTÓRIA

Texto elaborado pelo advogado
e economista Antônio Carlos Nantes de Oliveira,
por solicitação do INESC - Instituto de Estudos
Sócio-Econômicos.

Í N D I C E

Pags.

APRESENTAÇÃO

A CONSTITUINTE DO IMPÉRIO	de 01 a 08
A PRIMEIRA CONSTITUINTE DA REPÚBLICA	de 09 a 21
A SEGUNDA CONSTITUINTE DA REPÚBLICA	de 22 a 32
A CONSTITUINTE DE 1946	de 33 a 40
A CONSTITUINTE DA NOVA REPÚBLICA	de 41 a 48

APRESENTAÇÃO

O objetivo deste trabalho é facilitar o entendimento de todas aquelas pessoas de nível escolar médio e às quais não tenha sido possível o aprofundamento teórico sobre a questão da Constituinte.

Ao optar pelo estilo não tradicional, fizêmo-lo certos de assim estarmos facilitando a compreensão daquelas pessoas. As personagens apresentadas ao longo dos cinco capítulos são fictícias. Criá-las foi um artifício para possibilitar os diálogos que, esperamos, ajudem nossos leitores a meditarem sobre o tema, conhecendo-o historicamente.

Ressaltamos, todavia, que em todos os diálogos houve, sempre, o máximo cuidado em manter absoluta fidelidade aos fatos registrados pela História. Dessa forma, fictícias são apenas as personagens às quais se dá a palavra. Os fatos por elas vividos ou os diálogos dos quais participam, são, segundo a História, momentos de real importância nos períodos de elaboração das nossas Constituições.

Em nenhum instante moveu-nos a intenção de esgotar o assunto. Pelo contrário, com o presente trabalho, cremos, apenas o iniciamos.

Antonio Carlos Nantes de Oliveira
Consultor do INESC

I

A CONSTITUINTE DO IMPÉRIO

Corria o ano de 1822. Um grupo de brasileiros retornara da Europa trazendo as notícias da opulência na Corte Portuguesa e dos ventos revolucionários que sopravam desde a França. Crescia o fogo da independência. Um jovem desse grupo, chamado Afrânio Carvalho, a pretexto de reunir os amigos para comemorar a sua volta, deu um jantar numa bela casa em São Cristóvão, no Rio de Janeiro. Antes de servi-los, no entanto, fez um pequeno discurso, aliás, o seu verdadeiro objetivo:

- Meus amigos, a Europa é maravilhosa! De lá trago boas lembranças e grandes ensinamentos. As lembranças, infelizmente, não as posso compartilhar, mas os ensinamentos faço questão de dividi-los com todos que assim o desejarem.

Afrânio, como se diz hoje, acertou na mosca. Entre gritos de "bravos", "apoiado" e "muito bem", sem contar algumas palmas, ele recebeu a aprovação unânime da sua seleccionada platéia. E proseguiu:

- Embora saiba ser a questão da nossa independência de Portugal um tanto perigosa, pelo menos na opinião de alguns, afirmo com convicção que, em breve, o Brasil será um ESTADO INDEPENDENTE. Ou melhor, o Brasil será um ESTADO.

Afrânio falou dando forte entonação à pala

vra ESTADO e percebeu, nos olhares cheios de silenciosa dúvi da, a necessidade de explicar melhor. Era, inclusive, momento adequado para mostrar os conhecimentos adquiridos no Velho Mundo:

- Alguém poderá, e com razão, indagar o que entendo por Estado. É bem verdade que não há, entre juristas e filósofos, uma única opinião a respeito. Aqui, contudo, não esta mos para alimentar tal tipo de debate. Digo-lhes apenas que, para mim, ESTADO é o resultado da organização social, econômica e política de um povo dentro de um território.

Afrânio viu sorrisos de aprovação em muitos rostos e continuou:

- Território o Brasil tem. E grande. Povo, é claro, somos nós, que aqui estamos a cavar nosso solo para enriquecer a Corte. A independência nos levará à organização e com ela chegaremos à maioria política. Deixaremos de ser Colônia e nos tornaremos um ESTADO como o é Portugal!

Durante mais de um minuto, a grande sala se transformou. Todos conversavam e elogiavam a inteligência do rapaz. Sim, ele tinha razão, o Brasil precisava se tornar um ESTADO.

- Acontece, meus amigos — falou ele novamente —, que isso não ocorre de maneira simples e sem traumas. A independência, com certeza, virá de um gesto do príncipe regente. Na Europa e, particularmente, em Portugal, se comenta muito sobre a sua rebeldia e, de certa forma, já se espera o seu brado de libertação. Ele quer cortar os vínculos com a Corte Portuguesa e criar aqui a sua própria dinastia. Agindo junta

to com ele estaremos fortalecendo a luta pela independência da nossa Pátria. Precisamos estar preparados. É necessário convencê-lo a convocar uma ASSEMBLÉIA CONSTITUINTE.

Fez-se um constrangedor silêncio. Afrânio percebeu e tratou de esclarecer melhor:

- Ora, uma vez livres de Portugal, para que o Brasil seja um Estado, é necessário que façamos, nós mesmos, as nossas leis, os nossos regulamentos. Afinal, como vão funcionar as nossas INSTITUIÇÕES?

No meio dos convidados, alguém pediu a palavra. Era o velho Sá Rodrigues, tio de Afrânio. Meio hesitante, cofiando os exagerados fios do bigode, ele falou:

- Desculpem a intromissão, mas entendo ser este assunto de tamanha importância que não consigo ficar sem meter o bedelho. Uma Colônia, como o Brasil o é atualmente, não pode ter as suas INSTITUIÇÕES e essa situação não nos interessa mais! Estamos amarrados política e culturalmente a Portugal. Concordo com meu sobrinho e também defendo a convocação de uma ASSEMBLÉIA CONSTITUINTE. Através dela teremos INSTITUIÇÕES POLÍTICAS como o PARLAMENTO, os PARTIDOS e, principalmente, a definição da FORMA DE GOVERNO que iremos adotar. Por mim, aliás, desde que o príncipe comande a independência, concordo em que a CONSTITUINTE organize o Estado Brasileiro sob um regime monárquico.

Novamente houve confusão de vozes. Sá Rodrigues, muito a seu modo, conseguira explicar algumas das transformações necessárias. Afrânio retomou a palavra:

- Meu tio, nesse instante, deu início ao de

bate sobre o que será e poderá fazer a nossa CONSTITUINTE. Ele falou das INSTITUIÇÕES POLÍTICAS e eu gostaria de lembrar que só após a independência é que teremos INSTITUIÇÕES SOCIAIS, FILANTRÓPICAS, RELIGIOSAS e CULTURAIS funcionando segundo os exclusivos interesses do nosso povo. Querem um exemplo? O atual estágio de desenvolvimento cultural do Brasil está amarrado aos interesses da Corte, em Lisboa. Nós, os filhos de famílias abastadas, podemos estudar na Europa, mas e os mais humildes? Portugal, evidentemente, quer impedir o progresso intelectual da nossa gente! As mudanças havidas com a chegada da família real, em 1808, ainda não bastam. Queremos e precisamos de INSTITUIÇÕES CULTURAIS sólidas e livres como UNIVERSIDADES, BIBLIOTECAS, MUSEUS e ARQUIVOS.

Sã Rodrigues interrompeu novamente o sobrinho e num tom bastante solene informou:

- Posso garantir aos presentes que as providências para a convocação da ASSEMBLÉIA CONSTITUINTE já estão bem adiantadas. Meu dileto e particular amigo Gonçalves Ledo tem pronta uma representação na qual solicita oficialmente ao príncipe o ato convocatório. Essa representação, após ser assinada por todos os Procuradores Gerais das Províncias, será entregue a D. Pedro e, naturalmente, se constituirá no primeiro passo político concreto da nossa independência.

Foi uma explosão de alegria. Palmas, vivas e, finalmente, o jantar do Afrânio. A 3 de junho de 1822, de fato, mesmo antes do Grito do Ipiranga, D. Pedro I convocava a primeira ASSEMBLÉIA CONSTITUINTE E LEGISLATIVA do Brasil. Praticamente nem se discutiu a forma de governo a ser adotada após

a independência. O velho Sá Rodrigues tinha razão. D. Pedro I, com o apoio dos intelectuais, mandou redigir o código fundamental do Império. E "mandar" é bem o verbo. O futuro imperador não abriu mão da sua autoridade e estabeleceu que a eleição dos CONSTITUINTES seria feita pelo sistema indireto de dois turnos. No primeiro, o povo elegeria os ELEITORES DE PARÓQUIA aos quais, a seguir, incumbiria escolher cem deputados "entre os mais destacados homens públicos do País".

Dessa forma, a independência política do nosso País marca também a limitação dos direitos de cidadania dos mais humildes. Contudo, as coisas não ficaram só nisso. No ano seguinte, a 3 de maio, ao instalar a CONSTITUINTE, o Imperador afirmou:

- Defenderei com a minha espada a Constituição que essa Assembléia fizer, desde que seja digna de mim e da Pátria.

Era, sem dúvida, um mau começo. Dom Pedro I sabia que nem todos pensavam como Sá Rodrigues e percebia no ar as primeiras preocupações republicanas. Era preciso mão de ferro. Ele a teve. E a usou. A 12 de novembro do mesmo ano, alegando, entre outras coisas, que os constituintes haviam "perjurado ao tão solene juramento que prestaram à Nação de defender a integridade do Império, sua Independência e a Minha Dinastia" e afirmando ser o "Defensor Perpétuo do Brasil", D. Pedro I dissolveu a Assembléia Constituinte. Foi o nosso primeiro grande fracasso político.

Naquela mesma noite, na casa de Afrânio, como era de se esperar, muitos amigos estavam reunidos para comen

tar os últimos acontecimentos. Sá Rodrigues defendia o Imperador e criticava a imprensa republicana dos mais jovens:

- Vocês não percebem o perigo? A independência ainda não está consolidada. Essa loucura de República pode nos vincular de novo a Portugal!

O grupo, porém, tinha outras preocupações. Na verdade, o que lhes desagradava mais não era a Monarquia e muito menos o Imperador. O que não concordavam era com o seu autoritarismo. Tinham feito uma eleição, escolhido os constituintes e agora ele jogava tudo por terra?

- O pior, disse Afrânio, é que teremos uma CONSTITUIÇÃO OUTORGADA! Isso, aliás, deve agradar muito ao meu tio Sá Rodrigues!

- Agradar a mim? indagou surpreso o velho.

- Claro, imagine o senhor que uma CONSTITUIÇÃO OUTORGADA sairá inteira da cabeça do nosso Imperador! E assim sendo, evidentemente, a monarquia estará preservada. Os constituintes fariam uma CONSTITUIÇÃO destinada a atender aos anseios da Nação e segundo ela o Imperador deveria governar o País. OUTORGANDO uma CONSTITUIÇÃO ele estará impondo a sua vontade imperial a todos nós e garantido, sabe Deus até quando, no Poder!

Não deu outra. A 25 de março de 1824, o Imperador consolidou a sua posição através de um texto constitucional de 179 artigos. O governo seria MONÁRQUICO, HEREDITÁRIO, CONSTITUCIONAL e REPRESENTATIVO. A religião oficial seria a Católica Apostólica Romana e o ESTADO teria quatro poderes: EXECUTIVO, LEGISLATIVO, JUDICIAL e MODERADOR. O MODERADOR conferia ao

Imperador as atribuições de decidir tudo na vida política nacional, inclusive convocar e dissolver a Câmara dos Deputados. O Senado Federal seria um reduto de extrema garantia aos interesses de Dom Pedro I e à sua dinastia. Os senadores seriam escolhidos pelo Imperador entre os membros da aristocracia com seus mandatos vitalícios.

Naquele dia, enquanto os adeptos da monarquia saíam às ruas para comemorar a primeira CONSTITUIÇÃO, no cais do porto, dois estivadores observavam a cena e comentavam as decisões do governo imperial. Fagundes Vieira, o mais jovem, magro e alto, enquanto limpava o suor da testa, disse:

- Estão falando que D. Pedro terminou o trabalho que cem deputados fizeram e ele não gostou. Sei lá, mas isso não me cheira bem. Não me agrada essas decisões de um só homem sobre o destino de tantos. Afinal, esta tal CONSTITUIÇÃO não é uma espécie de código da organização do Brasil como país independente? Se é, não pode ser decidida só pelo Imperador. Eu até acho que só os cem deputados constituintes não bastava! Entre eles não tinha ninguém do povo. Só figurão!

- Pare de dizer bobagens, homem — atalhou Venâncio Aires, bem mais velho e trazendo nas rugas do rosto as marcas de muitas desilusões. Colônia ou Império a coisa só muda em cima. Cá embaixo, onde vivemos nós, os pobres, tudo permanece na mesma. As leis só protegem os interesses daqueles que as elaboram! Sabe você por que o Imperador dissolveu a Constituinte? Porque os deputados estavam fazendo leis que não interessavam a ele a monarquia! Mas tanto a lei daqueles deputados da aristocracia quanto essa que os monarquistas estão co

memorando não nos serve.

- E você, Venâncio, acredita que um dia nós, os pobres, os trabalhadores, teremos participação verdadeira nesse negócio de fazer leis?

Por um instante os dois ficaram em silêncio e se olhando. Nos olhos de cada um podia se ver esperança. Uma esperança quase infantil.

Pelas ruas do Rio de Janeiro crescia o movimento e os "vivas" à primeira Constituição do Brasil. Os dois estivadores retornaram ao trabalho.

II

A PRIMEIRA CONSTITUINTE DA REPÚBLICA

O ano de 1889 foi marcado pela agitação nos meios políticos do Brasil. No ano anterior, ao abolir a escravatura, a princesa Isabel provocara o ressentimento dos proprietários de escravos, os quais consideravam-se lesados em seus respectivos patrimônios, pois a Lei Áurea não estipulara nenhuma indenização. Não bastasse isso, mais duas outras questões colocavam em constante ameaça os alicerces da monarquia: os desentendimentos entre a Igreja e o Estado, como consequência da briga da Igreja com os maçons, e os repetidos incidentes envolvendo militares de um lado e autoridades civis do outro.

E foi exatamente para analisar essas questões que, numa noite de sábado, no mês de julho, estiveram reunidos vários homens das mais diferentes origens sociais. O local escolhido para a reunião foi uma velha casa em São Cristóvão. Seu proprietário, um mulato vigoroso e falante, chamado Afrânio Carvalho Neto, abriu as discussões com uma referência ao avô:

- Estão vendo aquele senhor ali no quadro? É o meu avô Afrânio Carvalho. Foi um dos pioneiros dos debates sobre a primeira CONSTITUINTE do Brasil. Era um homem inteligente, culto e corajoso. Creio mesmo ter sido um dos primeiros

liberais dignos dessa qualificação. Imaginem os senhores que, em 1830, ele já alforriara todos os escravos herdados do seu pai. Muitos ficaram trabalhando para ele, só que como empregados, com um salário acertado de comum acordo. Em 1858, meu pai enamorou-se por uma negra de uma família que servia ao velho Afrânio. O velho não só consentiu o casamento, como teve a coragem de convidar os amigos para a solenidade. Deve ter sido o primeiro casamento entre um branco e uma negra em nosso país. E vejam que falo de casamento mesmo, com papel e tudo! E foi um escândalo também!

- Por isso o senhor nasceu livre, heim? brincou alguém.

Todos riram. Afrânio Neto concordou. Era fácil perceber no seu semblante um misto de felicidade e de orgulho. Felicidade, por ser mulato e brasileiro. Orgulho pelo avô, pelo pai e pela mãe negra.

- Pois bem, meus amigos, não quero que pensem que os convidei para que me ouvissem elogiar os meus antepassados. É que o nosso assunto nesta noite será muito importante, e considero impossível iniciá-lo sem falar da importância da personalidade marcante do meu avô. Afinal, foi ele um dos primeiros patrícios nossos a perceber a necessidade de termos as nossas próprias INSTITUIÇÕES. Meu avô e os seus amigos andaram por aí, noite após noite, de casa em casa, explicando que o Brasil só se tornaria um ESTADO quando tivesse as suas próprias INSTITUIÇÕES: o seu Poder Legislativo, o seu poder Judiciário, e todos aqueles organismos e entidades que são como partes de um grande corpo. No campo político, no campo social,

no campo administrativo e em tudo onde a presença do Estado se manifesta. Havia, então, necessidade e urgência de organizar INSTITUIÇÕES fortes e duradouras.

Francisco Aires, filho e neto de estivadores, um jovem professor de línguas, conhecido por seu temperamento exaltado, entrou na conversa:

- Não te parece, meu caro Afrânio, que a Monarquia já é uma INSTITUIÇÃO velha, uma FORMA DE GOVERNO ultrapassada?

- Claro que penso isso, Chico Aires, senão como poderia eu estar no PARTIDO REPUBLICANO?

- Disso eu sei, retrucou o professor, mas o Partido Republicano é uma INSTITUIÇÃO POLÍTICA consentida pelo Imperador! E sendo consentida, é claro e natural que seja frágil!

- Mas nenhuma INSTITUIÇÃO é forte por si mesma, e o senhor sabe disso, meu caro professor! As Instituições são criadas pelos homens, e só se afirmam e se fortalecem pela ação coerente e objetiva desses mesmos homens. E das mulheres, é claro — disse olhando para um canto da sala onde um grupo de senhoras acompanhava em silêncio a discussão.

Em silêncio estavam e em silêncio ficaram. Afrânio percebeu um certo constrangimento porque entre os membros do Partido Republicano não havia unanimidade quanto à extensão do direito de voto à mulher. E ali não era conveniente levantar o problema. Olhou quase suplicante para Francisco Aires, um defensor dessa causa, e logo percebeu que podia ficar tranquilo. O sentimento machista daqueles homens não lhes per

mitia abordar tal questão junto às mais interessadas. Uma das mulheres, dona Antônia Canuto, filha de um senador do Império e que passara alguns anos em Paris, cochichou para as amigas:

- A verdade é que nós mulheres somos tão discriminadas quanto os trabalhadores braçais, os negros libertos e os homens incultos de uma maneira geral. Garanto a vocês que, com República ou sem República, continuaremos ainda por longo tempo sem ter direito a voto. Até parece que o ESTADO é só dos homens!

Mas Afrânio Neto, ao retomar a palavra, passou os olhos severamente pelas mulheres que começavam a trocar idéias e, quando elas se calaram, continuou:

- Mas eu dizia sermos responsáveis pelas nossas INSTITUIÇÕES e uma delas, o Partido Republicano, está sendo fortalecida a cada dia. Três pontos básicos robustecem o ideal republicano: as consequências da abolição da escravatura, as más relações entre a Igreja e o Estado e, por último, o fortalecimento dos militares após cada tropeço com as autoridades civis. Para discutir esses assuntos, temos entre nós o clérigo Porfírio, que explicará o ponto de vista da Igreja, e o jovem aluno da Escola Militar, Augusto Segadas. Se os amigos me permitirem, ao final, opinarei sobre como podemos aproveitar as consequências da abolição na luta patriótica pela instituição da República. Com a palavra o Clérigo Porfírio.

- Senhores, para começar, quero deixar bem claro que minha presença aqui não é significativa da vontade dos meus superiores. É verdade que alguns deles sabem dessa reunião e até aprovaram que eu viesse. No entanto, a Santa Ma

dre Igreja, a nossa INSTITUIÇÃO RELIGIOSA de maior peso político, não me autorizou a falar em seu nome e ignora qualquer atitude que eu possa tomar. Indiscutivelmente, porém, existe uma questão da maior gravidade envolvendo o Estado e a Igreja e não podemos, como religiosos e como brasileiros, permanecer indiferentes. Por isso estou entre os senhores. É de conhecimento público o fato de a Santa Sé ter renovado as condenações à Maçonaria. Dois bispos brasileiros, em razão disso, madaram excluir os maçons das manifestações religiosas no que não foram obedecidos. Interditaram as capelas, e o que aconteceu? Os maçons recorreram ao Imperador e dele receberam apoio. Em outras palavras, o Estado interferiu brusca, violenta e desnecessariamente num assunto da exclusiva competência da Igreja! Infelizmente, creio, esse problema está apenas no começo e vai agravar-se a ponto de, num futuro próximo, determinar a separação dos poderes temporal e espiritual, ou seja, o Estado da Igreja.

O clérigo Porfírio calou-se e, por alguns momentos, a sala virou palco das mais desencontradas opiniões. O apoio dos religiosos para a causa republicana era muito importante. Contudo, como dissera o clérigo, não seria possível contar com o apoio ostensivo da Igreja. Foi dada a palavra ao cadete Augusto Segadas e, em poucos minutos, o ânimo republicano recebeu novo e forte alento:

- Senhores, estou aqui em meu nome, mas faço questão de dizer que o ilustre professor e amigo tenente-coronel Benjamin Constant não só está ciente como até orientou-me sobre a questão sobre a qual vou falar. O governo monár

quico, pelos últimos atos, tem demonstrado profunda e lamentável incompreensão para com os militares. Essa intransigência do Imperador e do seu gabinete, não permitindo que os militares discutam pela imprensa questões técnicas do mais alto interesse nacional, é simplesmente absurda. Nós militares não temos ligações de ordem ideológica com as classes conservadoras, às quais a monarquia tanto deve. Falo, por exemplo, dos senhores de engenho e dos fazendeiros, esses, aliás, hoje bastante ressentidos com a Coroa. Os militares brasileiros, senhores, são, em maioria, filhos das classes médias, gente do povo. Por isso não podemos continuar sendo monarquistas. Caxias, como sabem, era o elemento mais importante dos conservadores e Osório o líder dos liberais. Agora eles estão mortos. Nós, os membros da oficialidade jovem, somos republicanos e não descansaremos enquanto D. Pedro II não embarcar de vez para a Europa. Os militares não aceitam mais o cerceamento ao seu direito de reunião e de opinião e, muito menos, aceitam a perseguição mesquinha que os monarquistas estão desfechando contra eles a pretexto de manter a disciplina. Falam mal do professor tenente-coronel Benjamin Constant. Criticam-no, como se fora um incompetente, mas esquecem que esse militar honrado, que em plena aula tem a dignidade de dizer o que pensa, é, também, o professor dos netos do imperador por escolha própria de Sua Majestade!

Era um discurso e tanto. Os republicanos trocavam olhares onde estava refletido um misto de espanto e alegria. Augusto Segadas, no entanto, tinha mais a dizer:

- Ademais, senhores, o imperador é um homem velho, doente e com mania de viajar. Não é à-toa, e, creio,

todos concordam, que o povo nas ruas do Rio de Janeiro o chama de monarca caixeiro-viajante.

O riso foi geral. A imagem de D. Pedro II, àquela altura dos acontecimentos, não era das melhores e o jovem cadete sabia explorar seus pontos fracos. Ante a exultação dos republicanos, ele prosseguiu:

- E temos que somar a tudo isso a real possibilidade de termos uma mulher ocupando definitivamente o governo. Morrendo o imperador a princesa Isabel assume e, com ela, o conde d'Eu, ou seja, nossos avós nos livraram de Portugal e nós nos entregamos à França. O genro francês de D. Pedro pode ser muito bom para a princesa mas, com certeza, não o é e não o será jamais para o Brasil. Concluindo, senhores, o Exército, essa INSTITUIÇÃO MILITAR cujos feitos tornaram possível o respeito do mundo ao nosso país, quer uma nova ordem: a da REPÚBLICA.

O entusiasmo tomou conta de todos. Augusto Segadas foi aplaudido. Afrânio Neto, com seu jeito sereno e sua voz pausada, começou:

- Como vimos, a nossa causa cresce e, em breve, o sonho republicano será realidade. Peço paciência aos que aqui estão, pois considero necessário e oportuno falar sobre a abolição e suas consequências. A princesa Isabel pretendeu, ao abolir a escravatura, firmar a monarquia em bases populares. Foi um duplo erro dela, felizmente. Primeiro, porque a abolição era reivindicação antiga, objeto de longa luta, portanto uma conquista dos brasileiros e nunca um presente ou uma dádiva de Sua Majestade. Em segundo lugar, porque irritou pro

fundamente os proprietários de negros. Se é possível usar esse termo, "proprietários de negros", que eu jamais aceitei, faço-o agora apenas por força de expressão. Pois bem, os fazendeiros e os senhores de engenho consideram-se atingidos em seu patrimônio! Afinal, reclamam, não receberam nenhuma indenização! Consideram-se traídos pela monarquia e, aos poucos, estão aderindo à proposta republicana. Sabem que jamais terão novamente os negros sob os seus grilhões mas querem ir à forra com a monarquia. Por tudo que ouvimos hoje, creio que a República vem bem antes do que muita gente espera. E mais uma vez esta velha casa serve de teto para os brasileiros preocupados com os destinos do País. Em 1822, meu avô e seus amigos aqui estiveram e lançaram as raízes da CONSTITUINTE do Brasil Independente. Hoje, da mesma forma, todos nós, brasileiros de outra geração, damos sequência à luta que culminará com a CONSTITUINTE da REPÚBLICA!

Antes de dar por encerrada a reunião, Afrânio indagou se alguém tinha alguma coisa a dizer. Francisco Aires disse que sim:

- Não pretendo diminuir o entusiasmo dos senhores, mas considero necessário pedir que não saíamos daqui levando a impressão de estarmos prestes a conquistar uma vitória definitiva. Aliás, na minha modesta opinião, em se tratando de conquistas políticas nada é definitivo. Pois bem, tudo indica caminharmos para a proclamação da República, mas isso só é bastante? Que República será essa? Estará o povo brasileiro preparado para tal transformação? Eu creio que não, senhores. Vamos chegar à forma republicana de governo muito mais pe

los erros da monarquia do que por desejo e aspiração da nossa gente. A Corte indis põs-se com segmentos da sociedade que sem pre apoiaram-na e por isso definha. A reunião dessa noite e os depoimentos aqui prestados são comprovadores. E o que isso significa? Significa que na República o povo continuará longe do poder e esse será ocupado pelos fazendeiros, pelos coronéis, pela alta burguesia e , principalmente, pelos militares. Peço ao cadete Augusto Segadas que não me leve a mal. Estamos no mesmo barco. Perseguimos o mesmo objetivo. Mas os militares, no primeiro instante da República, estarão no governo com igual ou mais autoritarismo que o imperador. Esse é o grande risco e com plena consciência dele considero ser válida a nossa luta. Primeiro a República, ainda que com os militares, depois a de mocracia.

Noite a dentro seguiram conversando. E em outras noites também. A República chegou em novembro. Com os militares no comando do Governo Provisório. No dia 3 de dezembro, através do decreto nº 29, foi nomeada, pelo presidente Deodoro da Fonseca, a comissão encarregada de elaborar o projeto da Constituição. Essa comissão era formada pelo que chamavam de "republicanos históricos" e o seu trabalho, a 22 de junho de 1890, foi publicado junto com o decreto nº 510 vigorando como CONSTITUIÇÃO PROVISÓRIA DA REPÚBLICA.

Nesse dia, na casa de Afrânio Neto, o professor Francisco Aires estava mais irritado do que nunca:

- Isso é um absurdo — dizia — , essa comissão de notáveis só tem gente formada na Europa! Só conhecem a realidade do outro lado do mundo! E como se não bastasse, esse

Rui Barbosa dos diabos fez correções com base na Constituição dos Estados Unidos! A República nasce como se fora uma Colônia! O Rui não é tão culto e tão inteligente? Então por que importar o modelo dos ianques?

Afrânio Neto estava apreensivo e triste. Provavelmente sentisse a mesma raiva e frustração de Chico Aires. Mas reagia de modo diferente. Com a mão direita nos ombros do amigo, disse com voz pausada e firme:

- O Chico tem razão. Fomos enganados. Nem sei se haveria qualquer chance de ser diferente. A verdade é que aconteceu bem como ele previu há alguns meses: escapamos do Imperador e caímos nas mãos dos militares. Mas a República só aconteceria com eles, essa é a verdade. O povo brasileiro ainda não aprendeu a fazer política. A CONSTITUINTE que será eleita em setembro terá pouco trabalho. Está na cara que Rui Barbosa não vai aceitar modificações profundas no seu trabalho.

Naquela noite, a casa de Afrânio Neto foi palco de uma longa sessão de lamentos. Aqueles homens perceberam, pela primeira vez em suas vidas, o quanto eram insignificantes para os do poder. Eles tinham sonhos e idéias mas ninguém permitia que os discutissem. Estavam ali, remoendo sua raiva, quando entraram quatro mulheres trazendo jarras de chá, café, refresco e pequenas latas coloridas cheias de biscoitos. Entre elas, dona Antônia Canuto. A elegante senhora percebeu o semblante dos homens e vislumbrou o momento de arriscar o desabafo que vinha guardando há bom tempo:

- Perdoem a ousadia, disse, mas creio que os senhores estão hoje provando o gosto de uma realidade que

nós mulheres conhecemos desde sempre.

O silêncio que se seguiu permitia ouvir o mais leve e delicado mastigar de biscoito. Como por encanto, todos os homens fixaram os olhos em Antônia Canuto. As outras mulheres pareciam pisar em brasa. A mulher de Afrânio Neto procurou os olhos do marido e no seu desespero estava clara a mais veemente declaração de inocência. Ela não tinha nada com aquilo! Mas todos conheciam Antônia Canuto e sabiam que mais dia, menos dia, ela acabaria por mostrar as unhas. Sentindo que a surpresa do ataque dava-lhe ligeira vantagem, ela prosseguiu:

- Eu venho dizendo há muito tempo que as mulheres têm, da parte dos homens, o mesmo tratamento dispensado aos trabalhadores braçais, aos negros libertos e aos incultos. Hoje posso acrescentar vocês ao mesmo rol. Os homens do Poder, seja na Monarquia de ontem ou na República de hoje, pouco importam com todos aqueles que estão fora da sua área de influência. Eu os vi muitas vezes, aqui ou em outras casas, discutindo horas a fio o que seria melhor para o Brasil e para os brasileiros. Só não os vi consultando esses brasileiros dos quais vocês falavam! Olhem pela janela e vejam o Rio de Janeiro. Lá fora, pelos subúrbios, está o povo. É a esmagadora maioria! E não foi consultada! E pelo Brasil, então? Uns poucos privilegiados, pelas capitais, falam ou são apenas informados do que está por fazer. Vocês, meus caros e respeitáveis senhores, fazem tudo à mesma maneira que Rui Barbosa, Benjamin Constant, o Barão de Lucena e todos esses militares raivosos e atrevidos.

Passado o primeiro instante de apreensão, o silêncio dos homens significava uma concordância tácita. As ou

tras mulheres ouviam com atenção e deslumbramento. Uma delas fora até o varandão da frente e chamara as outras. Antônia Canuto, mais que nunca, era a senhora da situação:

- O que está feito, está feito. Essa CONSTITUINTE será uma brincadeira. O baiano Rui já fez tudo o que os militares queriam e os outros não discordam porque sabem ser impossível sustentar qualquer debate com esse feioso dos infernos. Ele é, de fato, muito inteligente, perspicaz e preparado. É o melhor de todos os que rodeiam os militares. Por isso faz o que quer. Agora precisamos pensar no futuro. Talvez um futuro distante e fora do nosso tempo. Que os senhores aprendam esta lição dura que acabam de receber: os senhores foram tratados pelos "notáveis" exatamente como tratam a nós, as mulheres, os negros, os analfabetos, os trabalhadores do campo e da cidade. Eu não alimento nenhuma ilusão com a PRIMEIRA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA. Com certeza, ela não será para nós, para a maioria dos brasileiros. Mas acredito que um dia nossos netos possam participar da elaboração de uma.

Naquela noite que começara triste e tensa, a madrugada encontrou a velha casa de Afrânio Neto num clima de festa não programada. Pela primeira vez, homens e mulheres conversavam sem constrangimento sobre política. Antônia Canuto plantara no chão daquelas consciências a semente da rebeldia cívica que faz brotar a verdadeira democracia. Com certeza, em outros lugares, outras pessoas fizeram o mesmo, mas foi ali, mastigando juntos o amargo resultado de uma República recém-proclamada por uns poucos para o benefício de poucos, que nasceu um dos mais importantes núcleos da oposição democrática ao re

gime recém-instalado.

A primeira CONSTITUIÇÃO REPUBLICANA, promulgada em 24 de fevereiro de 1891, pouco tinha de diferente do decreto nº 510. O trabalho de Rui Barbosa, com base na Constituição dos Estados Unidos, vingou em sua essência. Nossa primeira Constituição Republicana, portanto, foi como que uma cópia de uma outra distante e de diferente realidade. Por ela ficou estabelecida a proibição do voto às mulheres, aos analfabetos e aos soldados. A religião católica deixou de ser oficial, foi assegurado o direito à propriedade e garantidos o direito de reunião e a liberdade de pensamento. Não houve a menor referência ao direito de greve.

Eleito presidente pelo Congresso, mesmo assim o marechal Deodoro da Fonseca incompatibilizou-se com os políticos, e acabou doente. Entregou o poder ao vice-presidente Floriano Peixoto enquanto militares e civis tentavam reorganizar a vida do País.

Numa estação da Central do Brasil, pouco antes da notícia do afastamento de Deodoro, Chico Aires conversava com um grupo de operários. Falava de igualdade de direitos, de democracia, da necessidade de uma lei de greve e pregava a união dos brasileiros das classes oprimidas, como único meio de vencer os militares e as oligarquias regionais. Da janela de um vagão, sorridente e elegante, Antônia Canuto observava.

III

A SEGUNDA CONSTITUINTE DA REPÚBLICA

As INSTITUIÇÕES brasileiras a partir da CONS
TITUIÇÃO de 1891 traziam a marca do individualismo de seus ins
piradores. De um lado a dureza militar de Deodoro e, de outro,
o personalismo exagerado de Rui Barbosa.

Durante a década de vinte, com o crescimen
to das reivindicações da classe trabalhadora e, particularmen
te, dos operários da nascente indústria brasileira, havia um
choque muito grande entre o disposto no texto constitucional e
a realidade do País. O pós-guerra fizera nascer em todo o mun
do o sentimento de liberdade e isso, evidentemente, chegara ao
Brasil marcando significativas mudanças no relacionamento polí
tico entre os homens. Mais que antes, o Estado precisava agora
intervir como árbitro na luta entre o capital e o trabalho. Es
tavam em campos contrários os donos do dinheiro e aqueles que
só dispunham de sua força de trabalho, como meio de sustenta
ção própria e da sua família. Na presidência da República,
Washington Luís insistia em tratar os problemas sociais como
questão de polícia.

Na manhã de 3 de outubro de 1930, dois ve
lhos amigos conversavam sentados à mesa de um bar no bairro de
São Cristóvão. Afrânio Neto e Chico Aires, os jovens fogosos
do final do Império, pareciam ter envelhecido mais que a Repú

blica. Dentro deles, contudo, permanecia acesa a chama da esperança. O português dono do bar aproximou-se e informou no inconfundível sotaque:

- Sabem vocês quando o Júlio Prestes vai tomar posse? Nunca! Os gaúchos dominaram Belo Horizonte e conseguiram importantes adesões no Nordeste. Os revoltosos vão tomar o governo, podem crer!

Chico Aires e Afrânio Neto concordaram. Como sempre, eles acompanhavam os acontecimentos. O português tinha razão. Afrânio foi o primeiro a falar:

- É, com essa conversa toda de que a eleição do Júlio Prestes foi fraudada, os gaúchos vão colocar pela força o Getúlio Vargas no Poder. Parece incrível que um homem como o presidente Washington Luís não tenha percebido que isso iria acontecer.

- Já era tempo dele saber que quando os militares conseguem o apoio das classes médias urbanas algo acaba por mudar, disse Chico Aires.

- Vocês são testemunhas — insistiu o português — das vezes em que eu disse ser impossível para um homem governar só com uma classe! O Washington Luís parece ser o presidente dos cafeicultores! Tanto que se invocou aí com esse paulista Júlio Prestes para ser o seu substituto! E digo mais: vitoriosa a revolução, não só o paulista não toma posse como o Washington Luís será deposto.

Chico Aires, passando a mão pelo rosto, completou:

- O que mais me preocupa é o fato desse gaú

cho nanico assumir o governo. Algo me diz que Vargas tem uma terrível vocação de ditador.

Todos estavam certos. A revolução foi vito riosa, Washington Luís foi deposto e Getúlio Vargas tomou pos se como chefe do Governo Revolucionário. A 11 de novembro, pe lo decreto nº 19.393, ele declarou à Nação que "o Governo Pro visório exercerá, discricionariamente, em toda a sua plenitude as funções e atribuições não só do Executivo como também do Le gislativo, até que eleita a Assembléia Constituinte estabeleça a reorganização constitucional do País."

Mas Getúlio não tinha pressa em promover a legalização do Governo. A demora em convocar a Constituinte, po rêm, gerou focos de descontentamento. Em São Paulo, a burque sia ainda ressentida fez eco aos apelos dos tenentes que clama vam por uma completa reforma das estruturas administrativas do País. A 9 de julho de 1932 eclodiu em São Paulo o movimento armado que, mesmo vencido, foi determinante na Convocação da Constituinte.

Anunciada por Getúlio a realização do plei to destinado a escolher os deputados constituintes, a euforia tomou conta do País. Numa confortável casa no bairro das Laran jeiras, no Rio de Janeiro, uma respeitável senhora com mais de sessenta anos recepcionava várias amigas. Era Antônia Canuto. A idade, percebia-se, não lhe roubara a elegância nos gestos, a firmeza na voz e a determinação com que defendia os seus ob jetivos:

- Minhas amigas, a Constituinte foi convoca da e a lei eleitoral em breve será aprovada. Nós, mulheres,

precisamos fortalecer nossa posição política aproveitando o desgaste sofrido pelo governo com o movimento dos paulistas. Sabemos que as classes trabalhadoras já estão mobilizadas e vão exigir uma representação classista na Constituinte. Vamos apoiar essa reivindicação em troca do apoio delas ao voto feminino. É, como se diz, uma mão lavando a outra!

Enquanto, no Rio de Janeiro, seguia a reunião de Antônia Canuto e suas amigas, duas outras aconteciam em São Paulo. Em uma compareciam centenas de trabalhadores no comércio, nos bancos e, principalmente, os operários das muitas fábricas da capital do Estado. Na outra, em volta de uma grande mesa na biblioteca de um senhor do café, estavam aproximadamente 12 homens bem vestidos. Nas duas o assunto era praticamente o mesmo. O quintal de uma velha casa situada no bairro da Mooca, onde funcionava um sindicato de trabalhadores na indústria, estava atulhado de assalariados que ouviam com visível admiração o diretor do sindicato dos trabalhadores na indústria têxtil, Cornélio Caruso:

- Companheiros, a Revolução de 30, como vocês sabem, foi feita contra a oligarquia do nosso Estado. Por isso, aliás, nós a apoiamos. É verdade que ninguém aqui poderia prever que Getúlio fizesse o que fez. Mas nós não ficamos parados, esperando o desenrolar dos acontecimentos. Nós, operários e trabalhadores em geral, principalmente de São Paulo, estivemos sempre presentes nos momentos importantes da vida política do nosso país. O diabo é que nunca tivemos peso político. Somos usados como massa de manobra pelos figurões dessa República falida. Por isso estamos aqui. Para organizar nossa luta

no sentido de conseguir uma representação classista na Assem
bléia Constituinte que acaba de ser convocada. Precisamos ter
lá, além dos políticos, também os representantes do nosso meio.
É fundamental para nós, para nossas categorias profissionais,
que sejam escolhidos delegados dos sindicatos para brigarem
dentro da Constituinte por uma Constituição que defenda nossa
vontade e consagre nossos direitos.

A reunião dos operários durou até a madruga
da. Discutiu-se muito e ficou decidido o encaminhamento da ques
tão de forma agressiva em todo o país. Era preciso unir a clas
se para obter alguns resultados. Não longe dali, na casa do fa
zendeiro do café, um grupo de homens de negócio também conver
sava. O anfitrião, Alfredo Augusto de Andrade Pires, importan
te líder das atividades industriais e membro da tradicional fa
mília paulista, explicou as razões do encontro:

- Meus senhores, tenho a honra de vê-los
aqui em volta dessa mesa onde meu pai liderou importantes dis
cussões que muito contribuíram para o atual estágio de desen
volvimento econômico do nosso país.

Parou de falar e correu os olhos pelos ros
tos dos seus convidados. Em todos eles viu um leve assentimen
to com a cabeça. E seguiu:

- Em 1930, o nosso Júlio Prestes teve um
mandato legítimo usurpado pela revolução dos gaúchos. Na épo
ca, eles agiram em nome das classes obreiras e conquistaram a
simpatia do povo, na medida em que foram demagogos e irrespon
sáveis. O que pretendiam, ficou claro, era uma ditadura. Mas
nós, paulistas, fiéis à nossa tradição democrática, à custa

mesmo do sangue de nossos heróis, demos o brado de alerta. A revolução constitucionalista recolocou o Brasil nos trilhos da normalidade institucional. Vargas acaba de convocar a Constituinte. A lei eleitoral será aprovada e nela precisamos introduzir algumas modificações importantes. São modificações de ordem política, destinadas a dar estabilidade à ordem econômica. Vocês sabem o quanto está crescendo o movimento pelos votos secreto e feminino. Agora, com o apoio de certa imprensa e de alguns intelectuais, fala-se no voto classista. Não podemos ser apanhados desprevenidos. Como sempre, precisamos sair para o ataque. Proponho que usemos nossa influência junto aos meios de comunicação, manifestando, o quanto antes, nosso irrestrito apoio a tais reivindicações.

Orlando Ramalho Canuto, cafeicultor, sócio de várias pequenas indústrias e acionista destacado de um banco, pediu a palavra:

- Creio não existir dúvida alguma com relação ao que nos propõe o dileto amigo Andrade Pires. Quero, inclusive, trazer aqui o meu testemunho. Acabo de receber uma carta do Rio de Janeiro enviada por uma prima a quem prezo muito. Dona Antônia Canuto, senhora de vasto círculo de amizades na sociedade carioca, pede-me apoio à sua causa que outra não é senão a do voto feminino. Parece-me oportuno apoiarmos essa medida. Se é que ela virá um dia, que venha já. Assim, evidentemente, teremos as mulheres a votar conosco, a garantir a escolha dos nossos representantes. Desculpem a sinceridade, mas o voto da mulher, pelas condições atuais do mundo, felizmente, estará muito vinculado à vontade do marido. Se não me engano,

o que elas querem mesmo é o direito ao voto. Salvo as raras exceções, e entre essas incluo a prima Antônia Canuto, as mulheres nada entendem de política. Deixemos, pois, que votem e reforcem as nossas preferências.

- E que não nos ouçam, brincou alguém logo acompanhado por uma gargalhada coletiva. Andrade Pires retomou a palavra:

- Nada acrescento ao que disse o nosso prezado Ramalho Canuto. Quanto ao voto secreto, parece-me questão decidida. Não necessita de mais discussões. Virá como forma de equilibrar as disputas regionais onde se enfrentam os grupos econômicos. É consequência natural da evolução da economia e da política de um povo. O que me preocupa, no entanto, senhores, é a tal representação classista. Todos estão lembrados que Getúlio Vargas chegou ao Poder na esteira das reivindicações obreiras. Ele já demonstrou grande vocação populista. Criar os ministérios da Educação e do Trabalho foi, sem dúvida, uma grande jogada política. E, inteligente como é, esse maldito quer vingar-se de nós paulistas, porque ele nunca esquecerá o movimento constitucionalista. E a sua vingança virá na forma da representação de classes na Constituinte.

Rodrigo Macedo Soares, filho de tradicional família paulista, consultor jurídico de várias empresas e professor universitário, pediu a palavra:

- Sinceramente, acho que acordamos tarde. Vargas não está brincando. A representação classista é quase uma obsessão para ele. Tenho em mãos cópia de um discurso por

ele proferido em 1931. Neste texto fala da necessidade de uma "ordem jurídica capaz de refletir a ordem econômica". E vai além, assinalando os fatos econômicos como "a grande força do minadora e renovadora da vida social contemporânea". Referindo-se às forças sociais organizadas, diz "não ser possível que só os capitalistas sejam detentores do poder político". Ora, por tudo que ele tem feito, fica evidente a sua intenção de transformar os movimentos populares em elementos de colaboração com o Governo.

- Concorde com o doutor Macedo Soares — interrompeu Ramalho Canuto. A esta altura Getúlio conseguiu a glutinar forças em torno da sua proposta. A demora em convocar a Constituinte, entre outras razões, tinha o objetivo de disseminar pelo país a idéia de representação classista. O mais grave, porém, é a clara orientação dada por ele aos membros da subcomissão encarregada de elaborar o anteprojeto de Constituição. Os jornais já publicaram informação dando conta que o jurista Themístocles Brandão Cavalcanti foi encarregado de defender a tese na subcomissão.

Os temores daqueles homens acabaram confirmados pelos fatos ocorridos durante os meses seguintes. Mesmo perdendo por maioria de votos na subcomissão, Getúlio não desistiu da representação classista. A 20 de abril de 1933, por decreto, ele a instituiu, estabelecendo o número e o modo de escolha dos representantes das associações profissionais na Assembléia Constituinte.

Dessa forma, a 3 de maio de 1933, foram eleititos , pelo voto secreto e com o sufrágio feminino, os deputada

dos constituintes indicados pelos partidos políticos. Em Julho, no Distrito Federal, 35 deputados classistas foram eleitos pelos delegados-eleitores indicados pelos sindicatos. Eram 18 dos empregados e 17 dos empregadores. A 10 de novembro, finalmente, a CONSTITUINTE começou a trabalhar sobre o texto do anteprojeto elaborado pela Subcomissão do Itamarati, como ficou conhecida.

No ano seguinte, a 14 de julho, o Brasil ganhava a sua segunda Constituição Republicana. Afrânio Neto estava doente e, em sua casa, recebeu a visita de dois velhos amigos: Chico Aires e Antônia Canuto.

- Vejam vocês, como estamos velhos! A primeira República, que, por sinal, ajudamos a construir, já acabou e ainda estamos vivos!

- E não temos porque reclamar — disse Chico Aires — afinal, a nosso modo, participamos ativamente da vida política do país e, sem dúvida, conseguimos algumas vitórias importantes.

- Como o voto da mulher — exemplificou Antônia Canuto — que exigiu o máximo da nossa força até a eleição dessa Constituinte.

- Por falar nisso, Afrânio, trouxe para você um exemplar mimeografado da nova Constituição.

- Obrigado, Chico Aires, parece que o anteprojeto da subcomissão quase não foi modificado, não é mesmo?

- Você têm razão, o Getúlio acabou como o grande constituinte — concordou Chico Aires. No entanto, a verdade é que esta Carta é bem mais avançada do que a Velha.

- Sem dúvida — falou Antônia Canuto — além de assegurar o direito de voto à mulher e aos maiores de 18 anos, reconhece os sindicatos e associações profissionais com base na pluralidade sindical e a completa autonomia das entidades. Isso e mais: uma jornada de trabalho de oito horas, o repouso semanal, as férias anuais remuneradas e a indenização por dispensa sem justa causa.

- E como ficam as nossas reservas minerais? quis saber Afrânio. Chico Aires respondeu:

- O monopólio da exploração mineral está assegurado aos brasileiros. Aliás, no campo econômico, está prevista a nacionalização progressiva dos bancos, das empresas de seguros e há referência ao monopólio de certas indústrias e à limitação de lucros.

Afrânio Neto fora, ao longo de várias décadas, o líder de um significativo grupo de pessoas. Agora, mesmo doente, exercia indiscutível ascensão sobre os amigos. Antônia Canuto perguntou:

- Afrânio, apesar da alegria natural que toma conta de todos nós, confesso não estar segura quanto ao sucesso da Segunda República. Que lhe parece?

Afrânio pediu que o ajudassem a sentar-se e, como sempre, falou pausadamente e com rara segurança:

- Sinceramente, não alimento grandes esperanças. Essa Constituinte consagrou o debate entre as mais contraditórias correntes políticas e ideológicas. Lá estavam anarquistas e corporativistas, comunistas e cristãos, socialistas e capitalistas. Claro que isso foi bom e todos deram

importante contribuição. Ocorre, porém, que em qualquer Assembleia Constituinte, ou as correntes cedem e transigem ou não se chega a lugar nenhum. Nessa, por exemplo, cada um cedeu um pouco e o resultado é uma Constituição aparentemente boa. Mas eu pergunto: como será na prática? Vejam que a partir de hoje temos o proletariado organizado em luta aberta contra a burguesia conservadora. A própria composição da Câmara dos Deputados, com duzentos e cinquenta deputados eleitos pelo povo e cinquenta eleitos pelas organizações profissionais, é, na minha opinião, uma contradição. Eu sempre defendi, e vocês sabem disso, o fortalecimento dos sindicatos. Acho mesmo que as organizações de classe devem ter absoluta liberdade de ação. Mas fora das instituições políticas, como os partidos e o parlamento. Lamento esfriar o entusiasmo de vocês, não creio que esta Carta dure muito tempo. Os interesses econômicos, mais que nunca, estarão permanentemente em choque com os interesses das classes trabalhadoras. Sem esquecer os interesses internacionais atingidos o que, certamente, facilitará a ação de grupos estrangeiros no sentido de desestabilizar o governo e criar a confusão nos meios políticos.

Afrânio Neto estava certo. As dificuldades enfrentadas por Getúlio Vargas no governo não cessaram de crescer. No final de 1937, em plena campanha presidencial, ele articula o golpe que acontece a 10 de novembro. Vargas dissolve o Congresso, cancela as eleições, suspende a Constituição de 1934 e OUTORGA à Nação uma outra, iniciando, assim, o ESTADO NOVO que dura até 1946.

IV

A CONSTITUINTE DE 1946

Na noite de 29 de outubro de 1945, os bares do centro do Rio de Janeiro receberam um público além do normal. Grupos de amigos se encontraram para conversar sobre os últimos acontecimentos nacionais. Getúlio Vargas, após 15 anos no poder, fora deposto. Profissionais liberais, funcionários públicos, líderes sindicais, comerciantes, universitários e intelectuais, de pé ou em volta das mesinhas espalhadas pelas calçadas, trocavam impressões acerca do futuro do país. Numa dessas rodas destacava-se o professor Anacleto Rocha, antigo titular da cadeira de direito constitucional na Faculdade de Direito. Muito estimado, Anacleto era o homem marcado pela violência do Estado Novo que, com a deposição de Vargas, chegara ao fim.

- Como é, professor, livre de Vargas e do Estado Novo?

- Meu caro, livre do Estado Novo sim, mas de Vargas, não creio!

Anacleto percebeu o efeito da sua afirmação e tratou de explicar:

- Pode parecer estranho mas não é. Querem ver? vamos recordar um pouco. Getúlio é um homem inteligente, um político de visão. Estamos saindo de uma terrível guerra mundial, as relações internacionais são outras, o Brasil precisa

estar coeso internamente para enfrentar as dificuldades externas. Junto com isso, as dificuldades econômicas e sociais se agravaram. Getúlio, então, buscou uma solução política. Ao mesmo tempo em que permitiu a criação dos partidos políticos, como a UDN e o PSD, incentivou a organização do PTB para dar-lhe o necessário respaldo e aproximá-lo da classe trabalhadora. Fez mais, abrandou a censura, prometeu a anistia e admitiu a legalização do Partido Comunista. São medidas políticas que, sem dúvida, melhoraram a sua imagem. Por isso havia tanta gente na linha do PTB pedindo "CONSTITUINTE com Getúlio"!

- O senhor acha que ele poderia ter resistido? perguntou alguém do grupo.

- Claro que sim. Mas um político como Vargas sabe qual é o momento de sair de cena. Vejam vocês: a reunião dos dois candidatos à presidência da República com os militares, no prédio do Ministério da Guerra, era o suficiente para que ele percebesse o fim do seu governo. Qualquer resistência seria loucura e não o engrandeceria. Vargas quer um lugar na História.

- Como o senhor acha que ele se comportará agora?

- De uma coisa eu tenho certeza: ele não ficará de braços cruzados. Afinal, teremos uma ASSEMBLÉIA CONSTITUINTE e não convém a ele se omitir. Tenho a impressão que, através do PTB, ele vai apoiar o general Dutra. Dessa forma, além de permanecer no processo político, agradará aos militares e manterá aberto o caminho para retornar no futuro.

- Professor, interrompeu João Rufino, um jo

vem líder sindicalista, vamos mudar de assunto e falar um pouco sobre essa tal de CONSTITUINTE? De repente todo mundo está falando em CONSTITUINTE e os trabalhadores não sabem o que é isso!

- O Rufino tem razão, pessoal. Aliás, não são apenas os trabalhadores que não sabem o que isso significa. Creio que a primeira coisa a ser discutida é QUANDO uma CONSTITUINTE pode ser convocada. Se olharmos a História do Brasil já teremos uma pista. A nossa primeira CONSTITUINTE foi a de 1823 e serviu para ORGANIZAR o Brasil imperial. Ao deixarmos de ser Colônia de Portugal, precisávamos de um conjunto de leis que dessem o sentido de ORGANIZAÇÃO política, econômica e social do ESTADO. Depois, em 1891, com o fim do Império e com o advento da República, foi necessária outra CONSTITUINTE para estabelecer a ORGANIZAÇÃO de um novo sistema de governo, de um novo regime político.

- Mas em 1934 continuamos como uma República, ou seja, não houve mudança no regime! interveio João Rufino.

- Calma, meu rapaz, chegaremos lá! Toda vez que ocorre uma ruptura da ordem constitucional vigente torna-se necessária uma nova. Rompida a subordinação à Coroa Portuguesa, precisávamos de uma organização capaz de assegurar a nossa independência política. Fez-se uma CONSTITUIÇÃO. Com a proclamação da República, a CONSTITUIÇÃO do Império não servia mais! Elaborou-se outra CONSTITUIÇÃO. A CONSTITUINTE de 34 foi o resultado de uma série de movimentos que começaram muito antes e cujo objetivo era alterar a ordem vigente. Isso não sig

nifica necessariamente mudar de colônia para monarquia ou de monarquia para república. O que se pretendia, em 1934, era reorganizar a República com base na nova realidade nacional, onde eram evidentes os fortes interesses da classe trabalhadora. E o que aconteceu? Embora a CONSTITUIÇÃO de 34 não tenha vingado, a ordem constitucional foi alterada. Getúlio fez a sua própria CONSTITUIÇÃO e a impôs à nação. Toda vez que um governante impõe ao povo uma norma constitucional baseada só na sua vontade diz-se que ele OUTORGOU a CONSTITUIÇÃO. Pois bem, a CONSTITUINTE que vamos eleger fará outra CONSTITUIÇÃO e consolidará uma nova ordem. Houve, com a deposição de Getúlio uma ruptura da ordem vigente no Estado Novo.

João Rufino que ouvia atento as explicações do professor arriscou uma demonstração do seu entendimento:

- Vale dizer, então, que toda vez que acontece uma CONSTITUINTE o povo tem a oportunidade de COMEÇAR TUDO OUTRA VEZ?

- Perfeito, João Rufino, perfeito! disse Anacleto. A eleição de uma CONSTITUINTE é, em palavras simples, isso mesmo: A CHANCE QUE O POVO TEM DE COMEÇAR TUDO OUTRA VEZ!

- Professor Anacleto, meu nome é Rui e sou estudante de direito. Qual a diferença entre PODER CONSTITUINTE ORIGINÁRIO e PODER CONSTITUINTE DERIVADO?

- Bem, Rui, vamos começar esclarecendo o que é PODER CONSTITUINTE, certo? Toda vez que uma CONSTITUIÇÃO é CRIADA ou REVISADA temos a manifestação do PODER CONSTITUINTE.

- Desculpe interromper, professor, mas aí também eu tenho dúvida. Quando foi feita a primeira Constituição do Império, a primeira Constituição da República ou mesmo a

Constituição de 1934, tivemos a eleição de ASSEMBLÉIAS CONSTITUINTES. O PODER CONSTITUINTE, dessa forma, era composto por um grupo de pessoas ELEITAS. Mas e a CONSTITUIÇÃO do Estado Novo?

- A sua dúvida tem procedência, Rufino. O PODER CONSTITUINTE, é supremo, isto é, não se encontra submetido a nenhum outro poder. Ele pode ser expresso pela manifestação de uma ASSEMBLÉIA, de um REI ou de um DITADOR. No Brasil já tivemos todos esses tipos de PODER CONSTITUINTE. Além das ASSEMBLÉIAS de 1823, 1891 e 1934, tivemos o Imperador D. Pedro I e Getúlio Vargas OUTORGANDO constituições à Nação.

- E a ordem constitucional nascida da vontade de de um ditador ou de um imperador é LEGÍTIMA? indagou João Rufino.

- Na minha opinião, toda CONSTITUIÇÃO é legítima até que a Nação não a repudie e a revogue. A CONSTITUIÇÃO do império foi legítima até que veio a República. O Estado Novo foi legítimo, embora autoritário, até que o povo reagiu politicamente e o derrubou. Às vezes nosso silêncio, nossa omissão política, legitima os maiores absurdos. Por isso precisamos estar atentos.

- Mesmo que chamem isso SUBVERSÃO? perguntou o estudante Rui.

- Evidente, respondeu Anacleto. SUBVERSÃO na opinião dos governantes é todo movimento que contrarie a ordem por eles imposta. A palavra SUBVERSÃO ficou muito conhecida no Estado Novo porque a ordem constitucional não era democrática e não sendo democrática não admite OPOSIÇÃO. Logo tudo que a

contrariava era tido como subversivo.

- Mas, e o que é PODER CONSTITUINTE ORIGINÁRIO E DERIVADO? voltou a perguntar Rui.

- É verdade, já estava esquecendo. PODER CONSTITUINTE ORIGINÁRIO, na minha modesta opinião, só se efetiva quando NÃO HÁ nenhum comprometimento, nenhuma ligação com a ordem vigente. Assim, entendo que só tivemos duas oportunidades em que se manifestou o PODER CONSTITUINTE originário no Brasil: em 1823 e em 1891. A CONSTITUIÇÃO de 34 foi elaborada tendo por base a anterior e, portanto, o PODER CONSTITUINTE não era ORIGINÁRIO, mas sim DERIVADO. Da mesma forma, toda vez que o CONGRESSO NACIONAL promove a reforma da Constituição através de uma emenda constitucional, manifesta-se o PODER CONSTITUINTE DERIVADO.

- Então a CONSTITUINTE convocada agora será elaboradora de uma CONSTITUIÇÃO com base no PODER CONSTITUINTE DERIVADO? quis saber João Rufino.

- Entendo que sim. Sei que alguns juristas afirmam o contrário. É uma questão de ponto de vista. A República já existe e é sobre a CONSTITUIÇÃO vigente que os constituintes a serem eleitos vão trabalhar. Eles farão uma reforma ampla, com plena liberdade política, mas, certamente, estarão limitados por uma realidade: não vão criar nada. Vão remodelar a República. Eles não darão ORIGEM à República. Vão recomeçá-la outra vez!

A dois de dezembro de 1945 foi eleita a Assembléia Nacional Constituinte. O PSD elegeu 43% dos deputados, a UDN 27%, o PTB 10% e o PC 8%. Dutra, com o apoio de Getúlio,

foi eleito presidente da República. A Constituinte tomou posse a dois de fevereiro de 1946 e a 18 de setembro foi promulgada a nova Constituição.

Entre as mesas postas na calçada de um dos bares da Cinelândia, Anacleto Rocha conversava com os amigos:

- Temos uma Constituição nova, pessoal! Muita coisa da Constituição de 1934 e algumas inovações importadas da França, da Alemanha e dos Estados Unidos.

- Como assim? quis saber João Rufino.

- O regime federalista, o municipalismo, tudo isso vem da constituição norte-americana. O presidencialismo é baseado no que adotam os franceses. Finalmente, a democracia social de base intervencionista tem fundamentos na constituição alemã. Resta saber se essas adaptações vão dar certo dentro da realidade brasileira.

Rui, o tímido estudante de direito de alguns meses antes, estava nervoso e inconformado:

- Eu considero essa CONSTITUIÇÃO um absurdo. Ela não apresentou nenhuma idéia progressista. Ao contrário, é tremendamente conservadora. Os constituintes, demonstrando uma falta de compreensão para com a realidade do momento, rejeitaram o fim da censura ao teatro e não votaram nenhum artigo que garanta manifestações públicas! Esse controle do Estado sobre a manifestação do pensamento é coisa do Estado Novo!

- O que considero mais grave, falou João Rufino, foram as derrotas de todas as propostas de limitação dos trustes estrangeiros e da nacionalização das empresas de serviços públicos, hoje nas mãos dos gringos. Além disso, nossas mi

nas, jazidas minerais e quedas d'água continuam de propriedade do capital estrangeiro e a nova Constituição "garante" aos brsileiros o direito de exploração. Ora, isso parece brincadeira, uma lei, a Constituição, a lei maior, para "garantir" a nós a exploração do que é nosso!

- Mas alguma coisa boa existe, pessoal — falou Antônio Modesto, um funcionário público aposentado — senão vejamos: o direito de greve foi restabelecido, temos o direito à estabilidade no emprego após dez anos de serviço, os direitos trabalhistas serão reconhecidos!

João Rufino, um tanto irritado, comentou:

- Quer apostar comigo, Antônio Modesto, que as leis sindicais serão basicamente as do Estado Novo? O dedo do Getúlio vai estar presente na regulamentação, você vai ver!

De fato, o espírito do Estado Novo esteve presente durante o governo de Dutra. A legislação sindical permaneceu atrelada ao Estado, o Partido Comunista foi declarado ilegal e o sistema presidencialista concentrou no Executivo muito da capacidade decisória.

Sob a CONSTITUIÇÃO DE 1946 o Brasil viveu momentos de grande significação política: a morte de Getúlio Vargas, em 1954, a renúncia de Jânio Quadros, em 1961, a instituição do Parlamentarismo, também em 1961 e, finalmente, a deposição de João Goulart, em 1964, quando do golpe militar que deu origem ao ciclo que perdurou por cinco governos militares, até 15 de março de 1985.

V

A CONSTITUINTE DA NOVA REPÚBLICA

Mês de maio. Brasília assume, de fato, sua condição de capital do país, e é o centro das discussões políticas. Tancredo Neves, o presidente eleito e que morreu sem tomar posse, é o referencial maior de todas as discussões. Sua proposta de construir uma Nova República passa necessariamente por uma ASSEMBLÉIA NACIONAL CONSTITUINTE.

Numa luxuosa suíte do Hotel Nacional, um grupo de renomados líderes empresariais discute a ação política mais conveniente para o momento. Ramiro de Almeida Lopes, acionista de uma das mais sólidas empresas com ações nas Bolsas de Valores do Rio e de São Paulo, fala com entusiasmo sobre seus planos:

- Eu já decidi. Sou candidato a deputado federal. A situação daqui para frente não está para brincadeiras. A abertura política, o fim do ciclo militar, a legalização dos partidos clandestinos de esquerda e o avanço da luta sindical, são fatos que exigem de nós empresários uma atuação mais pragmática. Precisamos nos organizar. Devemos ter candidatos do nosso meio em todos os Estados. A classe empresarial deve estar dentro da CONSTITUINTE. Agora não basta apoiarmos este ou aquele político comprometido conosco. Gente nossa, empresários mesmo, com competência e coragem para o debate, deve ser eleita

para defender os nossos interesses. Nem que para isso precise mos gastar algumas centenas de bilhões de cruzeiros.

Abílio Costa Marques, dono de uma rede de supermercados, concordou mas fez questão de acrescentar:

- O Ramiro está certo. Também acho que é ho ra de elegermos empresários. Constituinte é coisa séria! No en tanto, não é nada bom a gente abandonar aqueles políticos que sempre ficaram do nosso lado!

- Mas é lógico! interrompeu Ramiro. Minha sugestão não significa tirar o apoio financeiro a essa gente. Continuaremos a ajudá-los, estejam eles em que partido estive rem!

Não muito longe dali, numa das salas das co missões da Câmara dos Deputados, um grupo de líderes sindicais conversava sobre uma matéria publicada em uma revista de circu la ção nacional. Disse um deles:

- Vejam só! Aqui na ISTO É tem uma matéria sob o título CONSTITUINTE S.A. na qual os empresários abrem o jogo. O Ronaldo César Coelho, presidente da Associação Nacional dos Bancos de Investimento e Desenvolvimento, diz que "o que fazíamos por baixo do pano agora fazemos em cima da mesa: par ticipar das campanhas eleitorais, apoiando candidatos". Já o Senador Albano Franco, que é presidente da Confederação Nacio nal da Indústria, anuncia que "são mais de cem empresários que querem se eleger para a Constituinte e outros cem que pretendem financiar candidatos afinados ideologicamente com o empresaria do." E ouçam mais esta afirmação do Ronaldo César Coelho: "Num regime fechado, defendíamos nossos interesses com dois ou três

ministros. Agora, num regime aberto, temos de nos acostumar a falar para uma audiência mais ampla".

Sebastião Barros, líder metalúrgico, reagiu irritado:

- Realmente esses capitalistas são uns descarados! Já não escondem mais nada! Que eles fazem isso nós sabemos e sempre quisemos e tentamos denunciar, mas agora eles aparecem numa revista como esta e falam tudo às claras! Vai correr muito dinheiro nessa Constituinte. E o que é pior: a classe trabalhadora acabará sendo envolvida pela onda de propaganda e de "favores" e elegerá um bando de empresários reforçando, assim, os interesses deles!

À noite, num barracão cedido pela Igreja, na Ceilândia, uma cidade satélite das mais pobres de Brasília, mais de duzentas pessoas estavam reunidas para discutir a importância da CONSTITUINTE. Na Mesa, José Moura, conhecido advogado trabalhista, Gilca Celestino, assistente social, e o padre Domingos Dinis, defensor incansável e determinado das causas populares. O padre falou primeiro:

- Meus amigos, essa não é a nossa primeira reunião. Nas outras já explicamos muita coisa sobre a Constituinte e até contamos como foram feitas as Constituições anteriores. Hoje não faremos nenhuma palestra. Vamos conversar. Cada um levanta e faz a pergunta que quiser e nós tentaremos responder, certo?

Mal o padre terminara de falar e a primeira pergunta foi formulada:

- Uma coisa que não está clara para mim: a Constituinte é necessária? indagou Pedro Ramos, um pedreiro de sempregado.

- Eu respondo, adiantou-se o dr. Moura. A Constituinte é necessária porque a nossa atual Constituição não serve para um regime democrático. Ela era boa para os governantes militares, para um regime autoritário. Os militares tomaram o poder em 1964 e em 1967 fizeram uma Constituição que interessava a eles e aos que os apoiavam. Os senadores e deputados não participaram da feitura dessa Constituição. Até parece brincadeira, mas é verdade: eles só aprovaram o texto enviado ao Congresso Nacional pelo presidente Castelo Branco. Em 1969, quando o presidente Costa e Silva adoeceu, assumiu o governo uma Junta Militar que praticamente reescreveu a Constituição de 1967. Só que esta de 1969 ficou ainda mais autoritária. Incorporou o famoso Ato Institucional nº 5, pelo qual o presidente da República tinha poderes para fazer o que bem entendesse! Em 1977, com o presidente Geisel, tivemos o chamado "Pacote de Abril", quando novamente a Constituição foi alterada com o Congresso Nacional fechado. Então o texto que está em vigência não nos serve. É necessário, sim, uma profunda alteração!

- Meu nome é Maria Conceição, quero perguntar à dra. Gilca por que é que acontece tanta mudança na política? Aqui mesmo, a gente já ouviu explicações de que o Brasil já teve várias Constituintes!

- Dona Conceição — respondeu Gilca — a política é assim mesmo. A sociedade na qual a gente vive é composta de pessoas de diferentes setores, de diferentes classes.

No Brasil por exemplo, temos os ricos representados pelos lati fundiários, pelos banqueiros, pelos industriais, pelos donos do dinheiro, enfim. Mas temos também, os pobres, a classe média e hoje até uma nova classe: a dos desempregados. Entre os assala riados encontramos também grandes diferenças. Tudo isso somado acaba definindo os rumos da política. No Brasil dos últimos anos só quem influiu mesmo foram os capitalistas. A classe trabalha dora ficou completamente por fora. Na verdade, em toda a Histó ria do Brasil, sempre foi muito pequena a participação dos tra balhadores assalariados. Na revolução de 1930, houve um princí pio de mudança que acabou não acontecendo como se desejava. A mudança política de agora é fruto do descontentamento de quase todo o povo brasileiro com o regime militar. Então, para mudar as leis que eles fizeram, a Constituição que eles fizeram sem a participação do povo e do Congresso, é preciso uma Assembléia Constituinte. Toda Constituição é válida enquanto a maioria do povo a apoia e a sustenta. Os militares saíram do poder na Ar gentina e no Brasil, por exemplo, porque já não tinham o apoio popular. Ao contrário, o povo foi para as ruas reclamar e pedir mudanças.

- Eu sou aposentado, meu nome é José Ribe i ro, acompanhei a Constituinte de 46 e tive esperança de que tu do fosse melhorar. No entanto, hoje, acho tudo igual. Será que essa Constituinte que vem por aí vai resolver mesmo os nossos problemas?

- Acho que é a minha vez, disse o padre Di niz. Nós não podemos esperar a Constituinte como sendo um remé dio que cura tudo, sr. Ribeiro. A Constituinte é uma espécie

de ponto de partida, é a largada para uma nova caminhada. Por ela vamos ter uma nova Constituição. Nessa Constituição pode mos ter rumos bons e rumos maus. Do ponto de vista dos traba lhadores, dos assalariados, da classe pobre, é claro que só te remos uma boa Constituição se os constituintes eleitos tiverem compromissos com os anseios, com as vontades dessa gente mais humilde. Agora, se os constituintes eleitos forem empresários, fazendeiros, banqueiros ou gente comprometida com eles, a Cons tituição só será boa para eles! A Constituinte de 46 foi prepa radora da fase de industrialização do Brasil. Na Constituição por ela votada, não se garantiu sequer o direito de exploração do nosso subsolo por brasileiros! O Brasil precisava do capi tal estrangeiro e a Constituição de 46 não criou nenhuma difi culdade para os gringos. O resultado, então, foi a exploração da mão-de-obra do trabalhador brasileiro!

- Mas os eleitos são sempre pessoas lá de cima, gente do lado dos ricos! insistiu José Ribeiro. Padre Di niz continuou:

- E a culpa é de quem? Nossa. Quem elege os ricos somos nós, os pobres. Veja o Nordeste. Tem região mais sofrida no Brasil que o Nordeste? Não tem. Mas é de lá que vem para Brasília o maior número de deputados e senadores do parti do do governo! E porque? Porque na época das eleições eles aparecem com os tais "agradinhos" e acabam "comprando" o voto da população mais humilde. Por isso estamos discutindo a Cons tituinte hoje aqui. Aliás, estamos discutindo a Constituinte em todo o Brasil. É preciso que daqui para a frente, em cada cidade haja sempre alguém falando a respeito da Constituinte.

Dessa maneira o povão vai entender que não se trata de mais uma eleição. É preciso que a nossa gente compreenda que na Constituinte é necessário termos uma maioria de representantes das classes mais humildes. Precisamos lá de líderes sindicais das várias categorias profissionais, de aposentados, de representantes dos movimentos de negros, de mulheres, de ecologia, enfim, é fundamental que a Constituinte seja uma espécie de espelho onde se reflita a composição da sociedade brasileira.

- De que adianta o voto do analfabeto? quis saber Raimundo da Silva. Moura respondeu:

- Será a primeira vez que o analfabeto brasileiro vai votar. Isso é muito importante. Ninguém é analfabeto porque quer. O Brasil teve dinheiro para implantar milhares de quilômetros de asfalto, para construir grandes usinas hidrelétricas, para entrar na era das usinas nucleares, para desenvolver a indústria de carros e de aviões. Dinheiro para coisas necessárias, no entanto, nunca tem. Por exemplo, para a construção de escolas e para o pagamento de um salário digno aos professores. Agora os analfabetos vão votar. O que eles devem fazer? Escolher aqueles candidatos que tenham uma vida de lutas em defesa das causas populares. Votar em gente identificada com os seus problemas. O voto do analfabeto será muito importante na eleição da Constituinte, desde que ele não vote nos representantes da burguesia, da classe dominante.

Alguém levantou a mão na fila da frente. Era Pedro Basílio, um negro espigado, vendedor ambulante por força do desemprego.

- Eu não quero perguntar nada. Quero falar.

Acompanhei todas as reuniões. Sempre calado. Agora quero dizer que o povo precisa deixar de ser bobo. Essa Constituinte não vai decidir por maioria? Claro que vai. Quem é maioria no Brasil? Os donos de Banco? Os industriais? Os latifundiários? Claro que não. Até se eles se juntarem todos, ainda não formam a maioria. Maioria do povo brasileiro somos nós: os trabalhadores assalariados, os operários, os trabalhadores rurais, os funcionários públicos, os motoristas de táxi, de ônibus ou de caminhão, os ambulantes como eu, os desempregados, os aposentados. Então, basta essa maioria se unir e votar com a cabeça, isto é, escolhendo bem. Eu, por exemplo, vou escolher alguém capaz de me representar direitinho. Claro que não precisa ser negro, ambulante e pobre, como eu! Mas é preciso que seja uma pessoa, homem ou mulher, que esteja mais do meu lado do que do lado de les, dos poderosos. Se puder ser um do meu meio, tanto melhor!

Pedro Basílio sentou sob os aplausos da platéia. Na mesa, padre Diniz, Gilca e Moura também aplaudiram. Ele conseguira sintetizar muito do que todos pretendiam ouvir. Antes de encerrar a reunião, padre Diniz ainda comentou:

- Quero pedir a vocês que continuem conversando sobre a Constituinte. Expliquem aos seus amigos e parentes o quanto é importante esse momento. Para terminar, quero lembrar o que disse o escritor Fernando Gabeira. Ele afirmou que a Constituição está para o cidadão um pouco como a bíblia está para o crente. Se é assim, e se podemos influir na feitura da Constituição, vamos providenciar para que nela se escreva só o que seja do nosso interesse.

Aguns dias depois, numa das amplas salas da Câmara dos Deputados, estiveram reunidos os representantes de diversas organizações populares de todo o País. O assunto, evidentemente, era a discussão sobre a convocação da CONSTITUINTE. Mal o presidente da Mesa deu por aberta a reunião, pediu a palavra o trabalhador rural Raimundo Matias. Alto, magro, trazendo no rosto as marcas de uma vida de muito trabalho, Matias foi direto ao ponto central da questão:

- Companheiros, venho do norte do Mato Grosso. Sou homem rude e sofrido na lida do campo. O que conheço bem é o trabalho na terra. Vim aqui porque os meus companheiros lá da região acharam que eu poderia representar o interesse de todos os que vivem e trabalham por lá. Tenho ouvido, no noticiário de rádio e televisão, muita gente falando nessa tal de CONSTITUINTE. Aliás, é o que mais se ouve. E por lá, a bem da verdade, ninguém conseguiu explicar direito o que é isso. Outro dia apareceu um deputado e falou meia hora. Só o que deu para entender é que a CONSTITUINTE vai fazer uma nova CONSTITUIÇÃO para o Brasil. Agora, o que eu e minha gente estamos querendo saber é, PARA QUE uma nova CONSTITUIÇÃO? NO QUE ela vai melhorar a nossa vida?

O coordenador do encontro, jornalista e sindicalista José Tenório, respondeu:

- Companheiro Matias, a sua dúvida não é de corrente da sua profissão ou do quase isolamento que vivem os brasileiros, como você na Amazônia. Infelizmente, só um número bem pequeno de brasileiros sabe o que é e para que serve uma

CONSTITUINTE. Pode ter certeza, inclusive, que aqui nesta sala são muitos os nossos companheiros que gostariam de ter feito a pergunta formulada por você. Vou tentar explicar. Como você bem disse, a CONSTITUINTE vai fazer uma nova CONSTITUIÇÃO para o nosso país. A CONSTITUIÇÃO, para usar uma imagem bem clara, é o resultado de um verdadeiro ACORDO nacional. Na CONSTITUINTE se reúnem os representantes de todos os segmentos sociais e discutem a feitura de uma LEI, a CONSTITUIÇÃO, que atenda os interesses de todos. É a celebração de uma espécie de PACTO. A CONSTITUINTE serve, então, para que cada setor da sociedade nacional apresente as suas reivindicações em torno de cada questão. Depois de muitos debates, naturalmente, chega-se a um entendimento e a lei é redigida sem ferir os interesses de nenhum lado. Ou, pelo menos, de acordo com a vontade da maioria.

- Até aí, tudo bem, interferiu Raimundo Matias, mas como um trabalhador rural da Amazônia, um garimpeiro ou mesmo um favelado de uma grande capital pode ser beneficiado ou atendido nesse grande acordo?

- Vou exemplificar com a questão da terra. Os proprietários de latifúndios estão gritando contra a anunciada reforma agrária. A Constituição vigente, no entanto, prevê que o governo pode fazer EXATAMENTE o que foi anunciado, ou seja, desapropriar propriedades na área rural mediante o pagamento de indenização com títulos da dívida pública.

- Então isso prova que a CONSTITUIÇÃO não vale grande coisa! insistiu Raimundo Matias. Se já existe tal decisão na CONSTITUIÇÃO o que precisamos é que ela seja cumprida

da e não de uma nova, não é mesmo?

- Não é tão simples assim, retomou José Tenório. A atual CONSTITUIÇÃO tem vários vícios e o principal deles é o do autoritarismo. Esta CONSTITUIÇÃO nos foi OUTORGADA pelo regime militar e, portanto, não foi discutida na sociedade. Aliás, justamente porque OUTORGADA, ela é o resultado do entendimento entre meia dúzia de homens ligados ao regime autoritário e anunciada à Nação por uma JUNTA MILITAR. Não tendo sido discutida, ela não é o resultado do grande ACORDO NACIONAL do qual falei há pouco. Como os donos de terra não foram ouvidos e não entraram em entendimento para a redação desse artigo, eles hoje se negam a aceitar a sua aplicação.

Raimundo Matias estava inquieto e deu logo a entender porque os seus companheiros da Amazônia o indicaram para a reunião. Interrompeu de novo a José Tenório:

- E o companheiro acredita que numa CONSTITUINTE os fazendeiros vão acertar com os trabalhadores uma condição para distribuir a terra deles? Eu acho que se eles não concordam com a reforma agrária hoje, amanhã também não vão concordar!

- Você tem toda razão, companheiro Matias! Acontece que se os trabalhadores rurais sem terra tiverem uma boa representação na CONSTITUINTE o debate vai se equilibrar e cada parte cedendo um pouco firma-se o ACORDO, ou seja, coloca-se na LEI, na CONSTITUIÇÃO, algumas normas pelas quais a forma de exploração da terra vai se modificar e permitir o atendimento às necessidades dos milhões de brasileiros que esperam a oportunidade de produzir num pedacinho de chão só seu.

- Então o companheiro defende a propriedade privada?

- Nesse instante eu defendo a CONSTITUINTE, ou seja, a convocação de eleição de uma CONSTITUINTE. Quanto à questão se a propriedade privada vai ser assegurada em território brasileiro, isto é um dos maiores e mais importantes problemas a ser discutido por ela! É evidente que se a maioria dos membros dessa ASSEMBLÉIA for de defensores da propriedade privada ela será resguardada na futura CARTA CONSTITUCIONAL. A única coisa que eu levanto aqui, e para futuras discussões, é que o brasileiro, por formação cultural, é um defensor da propriedade privada. O que querem os SEM TERRA? Sem dúvida, um pedaço de terra TITULADO em seu nome, ou seja, de sua PROPRIEDADE! Poucos, ao que eu saiba, são defensores de FAZENDAS COLETIVAS de propriedade do Estado. O que me parece, portanto, é que a nova CONSTITUIÇÃO precisará estabelecer normas e criar condições para que o acesso à propriedade da terra seja mais fácil. Ou melhor, que não seja um privilégio dos capitalistas que compram grandes áreas e abandonam à espera da valorização. Quando este tipo de medida for adotada, teremos um maior número de proprietários e, naturalmente, mais terra produzindo. Em outras palavras, o homem do campo, o trabalhador rural, estará desempenhando a sua atividade em benefício da economia e do desenvolvimento do país e os capitalistas terão que buscar outra forma de aplicação do seu dinheiro!

- Meu nome é João Teodoro e também sou trabalhador rural. Ouvi com atenção o debate de vocês. Não concor

do com o que o Tenório falou sobre a propriedade. Eu sou radical quanto a essa questão e não vejo porque alguém deva ser proprietário da terra. No meu entendimento ela não deve ser de ninguém. Por isso eu vou procurar entre os candidatos à CONSTITUINTE um que pense como eu. Um cabra macho mesmo! Um sujeito porreta que venha para cá disposto a não baixar o topete para os latifundiários e defenda a inclusão na CONSTITUIÇÃO de um artigo que proíba a propriedade privada!

A intervenção de João Teodoro provocou um grande barulho no plenário. Entre aplausos e vaias, ele retomou o seu lugar. José Tenório voltou a falar:

- Eu quero perguntar uma coisa para o companheiro João Teodoro. Suponhamos que os defensores da extinção da propriedade privada sejam minoria e esta sua tese não seja aprovada. Qual será a sua reação?

- É natural que vou ficar chateado, mas se a decisão for de maioria, dentro de uma CONSTITUINTE soberana e democrática, é claro que terei que me submeter a aceitar que ainda não é o momento adequado para esse tipo de transformação!

- Vejam vocês, explicou Tenório, que aí está um perfeito exemplo da importância do debate dentro de uma ASSEMBLÉIA CONSTITUINTE. Mas não é só isso. Imaginem vocês que na CONSTITUIÇÃO atual não há nada que impeça o Poder Executivo de assumir sozinho os riscos com a política econômica e financeira do País. Ao contrário, a CONSTITUIÇÃO vigente estabelece ser de competência exclusiva do presidente da República a iniciativa de leis que disponham sobre matéria financeira. O

resultado temos aí: as dívidas interna e externa em números astronômicos e não se pode cobrar responsabilidade de ninguém! Uma das tarefas dos futuros constituintes será incluir no texto da nova CONSTITUIÇÃO um dispositivo que torne efetiva a participação do Congresso Nacional nas discussões que demandem a assinatura de contratos, convênios e tudo mais que implique em compromisso de ordem econômica do governo com instituições financeiras nacionais ou estrangeiras.

- Meu nome é Marta Mendonça e sou professora. Uma coisa que tem provocado discussões no meio onde vivo e trabalho é relativa ao funcionamento da futura CONSTITUINTE. Afinal, ela deve ser simultânea com o Congresso Nacional? Enquanto ela funcionar o Executivo poderá legislar por decreto? Como resolver isso?

- Eu sugiro que a companheira Marta dê a sua opinião a respeito, falou José Tenório.

- Bem, para começar, quero dizer que sou da daquelas que entende ser muito necessária a convocação da CONSTITUINTE. Agora, infelizmente, como as coisas estão acontecendo, eu tenho muito medo de que ela venha a ser totalmente descaracterizada. Não concordo, de início, com essa comissão de notáveis que está sendo criada. Tenho todo o respeito pelos seus membros, mas acho que a História é o melhor espelho do passado e nela vamos encontrar exemplos claros de que esse tipo de comissão acaba por tumultuar o processo. Outra coisa, essa decisão dos dirigentes partidários de que após a CONSTITUINTE os seus membros permaneçam como membros do PODER LEGISLATIVO ORDI

NÁRIO não me parece muito salutar. Sou de opinião de que os CONSTITUINTES deveriam ficar restritos aos trabalhos de elaboração da CONSTITUIÇÃO. Vale dizer, portanto, que após a promulgação da nova CARTA seria realizada nova eleição para deputados e senadores. Quanto à possibilidade, já aventada por alguns, de que a CONSTITUINTE funcione SIMULTANEAMENTE com o Congresso Nacional, acho simplesmente absurda! Os membros da CONSTITUINTE devem dedicar tempo integral para os debates e elaboração do texto constitucional.

- Meu nome é Teresa Barbosa. Sou do sindicato das enfermeiras. Considero muito importante os pontos levantados pela companheira Marta, mas gostaria de levantar algumas dúvidas. Se os constituintes devem se dedicar integralmente à feitura do novo texto constitucional, quem, então, vai legislar ordinariamente enquanto isso? O país não vai parar!

- Eu tenho uma sugestão, retomou Marta, e creio que ela pode atender o seu questionamento. Durante o período de funcionamento da CONSTITUINTE seria formada uma comissão destinada a aprovar ou vetar todos os decretos baixados pelo Poder Executivo. Essa comissão, evidentemente, seria composta de um reduzido número de parlamentares de todos os partidos com assento na CONSTITUINTE e funcionaria, digamos, apenas como referendadora do que fosse necessário ao Executivo legislativo. Uma comissão assim, com o máximo de trinta membros, daria, nesse curto período, um aspecto de legitimidade política e jurídica às normas oriundas do Executivo.

- José Tenório voltou a falar enquanto no plenário a proposta de Marta Mendonça provocou imediatos comen

tários:

- Companheiros, muitas outras oportunidades teremos para aprofundar esse tipo de discussão. O que não podemos permitir é que tudo continue sendo decidido exclusivamente a nível dos políticos e dos partidos. A CONSTITUINTE só será verdadeira na medida em que dela participar o povo. Fora disso é conchavo das elites. Até hoje não tivemos nenhuma CONSTITUINTE com poder ORIGINÁRIO. Todas as anteriores funcionaram como reformadoras de um anteprojeto governamental. O povo mesmo, só participou para eleger os constituintes. Não podemos permitir que isso se repita. A sociedade brasileira deve e precisa estar mobilizada para que o conservadorismo tão característico dessas comissões de alto nível não venha mutilar ou impedir a manifestação criadora do povo. Ou será que alguém acha que o venerando Professor Afonso Arinos vai elaborar um texto para o ano dois mil? Pelo simples fato dele exigir que a comissão funcione no mesmo prédio onde o seu pai preparou o malogrado anteprojeto da constituição de 1934, dá para perceber que ele está muito mais voltado para o passado do que preocupado com as necessidades do futuro!

Antes de terminar a reunião de hoje, para que todos meditem e se preparem para futuros debates, quero lembrar a importância de uma tese que está circulando por aí: a da simultaneidade das próximas eleições presidenciais com a eleição da CONSTITUINTE. Afinal, isso é bom ou ruim? Precisamos entrar nessa questão sem paixão e partidarismo para podermos levar a todo o país uma oportunidade de influir no melhor

ordenamento constitucional do Brasil. Sugiro, ainda, que cada um adquira o seu exemplar da CONSTITUIÇÃO vigente e leia com atenção. Tenho certeza de que todos vão descobrir o quanto é possível influir na feitura do próximo texto. Mais, ainda, o quanto é importante que todos juntos possamos exercer esse tipo de influência.